

DIREITO TRIBUTÁRIO

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL



SUA PROVA

- Além deste caderno de rascunho contendo o enunciado da **Peça Prático-Profissional** e das **4 (quatro) Questões Discursivas**, você receberá do fiscal de sala um caderno para transcrição dos textos definitivos.



TEMPO

- 5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- 2 (duas) horas** após o início da prova será possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de rascunho.
- 1 (uma) hora** antes do término do período de prova será possível retirar-se da sala levando o caderno de rascunho.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, *notebook*, *netbook*, *palmtop*, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, *pendrive*, fones de ouvido, *Ipad*, *Ipod*, *Iphone*, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e, ainda, lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se todos os seus aparelhos eletrônicos foram acondicionados e lacrados dentro da embalagem própria. Caso você seja flagrado portando qualquer equipamento proibido pelo edital, durante a realização da prova, você será **eliminado** do exame.
- Verifique se a disciplina constante da capa deste caderno coincide com a registrada em seu caderno de textos definitivos. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher seu caderno de textos definitivos. Assinale seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do examinando.
- A FGV realizará identificação datiloscópica de todos os examinandos por meio da coleta das impressões digitais dos examinandos na lista de presença.
- Ao terminar a prova, você deverá, **obrigatoriamente**, entregar o caderno de textos definitivos ao fiscal da sala. O examinando que descumprir essa regra será **eliminado**.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do exame e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas.

ATENÇÃO

Na elaboração dos textos da peça profissional e das respostas às questões discursivas, o examinando deverá incluir todos os dados que se façam necessários, sem, contudo, produzir qualquer identificação ou informações além daquelas fornecidas e permitidas nos enunciados contidos no caderno de prova. A omissão de dados que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução do problema proposto acarretará descontos na pontuação atribuída ao examinando nesta fase. O examinando deve estar atento para não gerar nenhum dado diferente que dê origem a uma marca identificadora.

A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da prova prático-profissional e a eliminação do examinando. Assim, por exemplo, no fechamento da peça, o examinando deve optar por utilizar apenas “reticências” ou “XXX”, ou seja: Advogado “...” ou Advogado “XXX”, Data “...” ou Data “XXX”, Local “...” ou Local “XXX”, destacando-se que, no corpo das respostas, o examinando não deverá criar nenhum dado gerador de marca de identificação.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

José, investidor pessoa física no setor imobiliário, é proprietário de dez imóveis situados no Município *Alfa*, todos com dívidas em aberto de IPTU referentes ao ano de 2023 em diante (ou seja, ainda não prescritas).

Ao analisar com o(a) advogado(a) essas dívidas, para decidir se realizaria o pagamento dos IPTUs atrasados de forma parcelada ou em cota única, José verificou que:

(i) nas cobranças baseadas na Lei de IPTU do Município *Alfa*, publicada em 10/06/1999, foi aplicado um adicional progressivo de IPTU, em função do número de imóveis do contribuinte (já que era proprietário de dez imóveis no mesmo Município);

(ii) foram aplicadas alíquotas progressivas para o IPTU, em razão do valor venal dos imóveis com base na mesma lei municipal de 10/06/1999; e

(iii) a atualização da base de cálculo do IPTU vinha sendo feita desde 2019, por meio de Decretos do Prefeito Municipal, mas sempre em percentual superior aos índices oficiais de correção monetária (algo que, para ser provado, necessitaria de perícia contábil).

Enquanto ainda decidia como lidaria com tais dívidas, José foi surpreendido ao ser citado em execução fiscal promovida pelo Município *Alfa*, na condição de proprietário, cobrando os IPTUs atrasados, (ajuizada em novembro de 2025 e distribuída à 3ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Município *Alfa*), para pagar em cinco dias ou garantir a execução dos valores atrasados de IPTU desses imóveis, desde o ano de 2023.

José ofertou um dos imóveis como garantia ao Juízo, o que foi aceito pela Fazenda Pública Municipal, uma vez que o imóvel dado em garantia era de valor bastante superior ao total da dívida. Será necessária discussão nos autos envolvendo a perícia contábil.

Agora, como advogado(a) de José, já transcorridos 12 dias úteis após a intimação da penhora, redija a peça processual adequada para oferecer a defesa na ação de execução fiscal. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Por meio de lei estadual ordinária, o Estado *Alfa* instituiu, para os nubentes que não fossem hipossuficientes, uma taxa incidente sobre o procedimento de habilitação matrimonial por parte dos cartórios de Registros Cíveis de Pessoas Naturais situados no território estadual. A lei entrou em vigor em 16 de dezembro de 2024, com previsão de incidência da nova taxa a partir de 1º de janeiro de 2025.

Marcelo (que não é hipossuficiente) deu entrada no pedido de habilitação matrimonial para casar-se com Maria perante o 1º Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) da Capital do Estado *Alfa* em 3 de janeiro de 2025, sendo informado pelo funcionário do 1º RCPN que teria de recolher o valor da taxa.

Marcelo então consultou você, como advogado(a), para entender se aquela cobrança é devida.

Como advogado(a) consultado(a) por Marcelo, responda aos itens a seguir.

A) Poderia a lei estadual ordinária instituir tal espécie tributária prevista no enunciado? Justifique. (Valor: 0,65)

B) A cobrança da nova taxa em 3 de janeiro de 2025 é constitucional? Justifique. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO 2

Um oficial de registro de imóveis no Município *Alfa*, Estado *Beta*, por um lapso operacional, efetuou o registro de escritura pública de compra e venda de um imóvel nele situado, comprado de Maria por José, sem verificar que não fora apresentada a certidão de quitação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI), que não chegara a ser recolhido.

Nesse Município, o comprador é legalmente qualificado como sendo o contribuinte do ITBI, e José é pessoa abastada, tendo bens suficientes para o pagamento desse ITBI, mas, como não lhe foi exigido pelo oficial de registro a comprovação da quitação do tributo, José não fez o recolhimento.

Diante desse cenário e à luz do texto do Código Tributário Nacional (CNT), responda aos itens a seguir.

- A) Pode o oficial de registro de imóveis responder *solidariamente* com José pelo pagamento do ITBI, mesmo José tendo bens suficientes para o pagamento desse tributo? Justifique. (Valor: 0,65)**
- B) Poderia uma lei municipal eleger Maria, a vendedora do imóvel, como contribuinte do ITBI? Justifique. (Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO 3

Em janeiro de 2025, o Prefeito do Município *Alfa* editou um decreto antecipando o prazo de pagamento do Imposto sobre Serviços (ISS) devido em seu território, passando do 5º dia útil do mês seguinte para o 1º dia útil do mês seguinte. O mesmo ato normativo estabeleceu que a respectiva alteração produziria efeitos já a partir de fevereiro daquele ano.

Serviços de Costura Ltda., contribuinte de ISS no referido Município, foi surpreendida com a mudança no prazo, pois somente no 5º dia útil do mês de fevereiro de 2025 percebeu que o prazo de pagamento havia vencido no 1º dia útil.

Diante disso, o Diretor da sociedade empresária consultou você, como advogado(a), para saber se o ato do Município em alterar o prazo de pagamento do imposto está correto, bem como em não respeitar um prazo mínimo para produzir os seus efeitos.

Diante desse cenário, responda aos itens a seguir.

A) Poderia tal decreto municipal alterar o prazo de pagamento referido no enunciado? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Poderia tal decreto municipal produzir efeitos já a partir de fevereiro de 2025? Justifique. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO 4

Para conter a escalada de preços e a inflação, um Deputado Federal propôs um projeto de lei complementar federal que visava instituir um empréstimo compulsório sobre os saldos de investimentos bancários de pessoas físicas. O objetivo era diminuir, temporariamente, o poder aquisitivo da população.

O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional em setembro de 2024. Contudo, o Presidente da República o vetou, alegando: i) vício formal de iniciativa, que seria do próprio Chefe do Executivo Federal; ii) vício material, uma vez que empréstimos compulsórios não podem ser criados para diminuir, temporariamente, o poder aquisitivo da população.

Diante desse cenário, responda aos itens a seguir.

A) Estava presente o vício de iniciativa indicado? Justifique. (Valor: 0,65)

B) O objetivo indicado no enunciado possibilita a instituição de empréstimo compulsório? Justifique. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Realização

